

GRUPO DE TRABALHO INICIA DISCUSSÕES SOBRE CONTRATO DOCENTE

Na quinta-feira, 7/8, os professores da PUC-SP reuniram-se em assembleia para discutir o posicionamento da categoria com referência às mudanças que a Fundação São Paulo deve propor para os contratos de trabalho docente. O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira, relatou a primeira reunião, realizada na Fundação São Paulo, em 4/8, que contou com a presença dos professores Godofredo Borges, diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, Francisco Serralvo, diretor da FEA, Marcio Alves da Fonseca, diretor da Faficla, Marcia Almeida Batista, diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Neide Noffs, diretora da Faculdade de Educação, Alexandra Geraldini, pela Reitoria, Padre Rodolpho Perazzolo, Fundação São Paulo, Maria Amália Andery, pró-reitora de Pós e o próprio João Batista, como observador, pela APROPUC.

As reuniões deverão ser semanais, estendendo-se até 6/10, quando a Fundação deverá encaminhar uma proposta aos docentes que entrará em vigor a partir de janeiro/2015.

De início a professora Maria Amália apresentou a proposta, elaborada por um grupo de trabalho do qual ela fez parte, em 2011. O texto apresenta duas soluções, procurando, de uma maneira geral, privilegiar o professor que faz pesquisa e leciona em oposição ao docen-

te que somente dá aulas. A primeira alternativa do texto proferiria um impacto financeiro na folha de pagamento de 7,5% e a segunda 11%.

SONHOS E REALIDADE

A professora Maria Amália, em sua apresentação, afirmou que a ideia é produzir um contrato desvinculado da carreira e melhorar as condições de trabalho docente. Porém, segundo o Pe. Rodolpho, secretário-geral da Fundasp, "os sonhos que forem sugeridos deverão caber nos bolsos da instituição".

Foi sugerido que os diretores de Faculdade procurassem informações sobre como funcionam os contratos de trabalho em instituições como a Universidade Notre Dame dos EUA ou a PUC do Chile. Na assembleia da APROPUC alguns professores relataram que a Notre Dame segue um modelo onde não existe um parâmetro claro de contrato, mas cada professor negocia individualmente seu salário. Já sobre a PUC do Chile foi lembrado que ela segue padrões norte-americanos de contrato docente.

Na reunião do GT foram revelados alguns dados pouco conhecidos, como por exemplo, que hoje existem cerca de 470 professores (1/3 da categoria) em condições de repesamento, ou seja, que não con-

seguem, por problemas financeiros da instituição, ingressar ou ascender na carreira.

Por outro lado a situação dos docentes da PUC-SP com idade mais avançada foi um dos temas da discussão. Informou-se que daqui a cinco anos a universidade terá 1/3 de seu quadro docente com 70 anos ou mais, o que faz a instituição pensar em um tempo limite para a atuação do professor.

O professor João Batista lembrou que, diferentemente de outras instituições públicas e mesmo privadas a PUC-SP não possui um plano de aposentadoria complementar o que causa um enorme fosso entre aquilo que o professor passará a receber do INSS a título de aposentadoria e o que ele recebe hoje, tema recorrentemente abordado em reuniões da APROPUC com a Fundação.

POSIÇÃO DOS PROFESSORES

A avaliação do conjunto dos docentes é de que a proposta que poderá emanar das discussões deverá ser pior do que as atuais condições de trabalho e salário hoje vigentes, pois tenderá a priorizar possíveis enxugamentos da folha de pagamento.

Diante deste quadro e entendendo que o atual GT não terá uma posição deliberativa, a APROPUC decidiu continuar participando como observado-

ra, de forma autônoma e crítica levando as posições dos professores e mantendo-os informados.

Para os professores é imprescindível que a entidade levante as bandeiras de manutenção do contrato por tempo; que o ensino, pesquisa e extensão estejam previstos nos contratos; fim da maximização; tabelas unificadas; salário igual para trabalho igual; plano de aposentadoria complementar e acesso na carreira com o fim do repesamento.

Ficou determinado que depois das reuniões do GT os professores realizarão uma reunião aberta na APROPUC onde serão informados dos desdobramentos das discussões. A primeira reunião ocorre no dia 18/8, às 18h. Semanalmente o **PUCviva** estará relatando os desdobramentos das reuniões que deverão se desenrolar até 6/10.

Na reunião da APROPUC também foi discutida a situação dos professores que, mesmo tendo trabalhado em fevereiro deste ano, ainda não receberam os vencimentos referentes àquele período; ou daqueles professores que tiveram horas docentes descontadas este mês por insuficiência de alunos matriculados em suas classes, também no mês de fevereiro. A APROPUC enviou ofício em 1/08 e insiste em uma reunião com a Fundação São Paulo para solucionar esta situação irregular.

EDITORIAL

Massacre de Gaza é um sintoma da barbárie no mundo

A carnificina promovida pelo Estado de Israel em Gaza, ao contrário de ser um fato isolado, é um sintoma da barbárie que ameaça a humanidade em seu conjunto. Exagero? Pensamento apocalíptico? Difícilmente. Os fatos estão postos: quase 1 bilhão de seres humanos - um em cada sete - passa fome; existem hoje pelo menos 53 milhões de refugiados no mundo, segundo dados oficiais da ONU, com um detalhe macabro: o número foi multiplicado por três entre 2012 e 2013, e certamente será muito maior até o final de 2014; em contrapartida, as 83 famílias mais ricas do planeta abocanham um capital equivalente ao de metade da metade mais pobre da população mundial.

Os tambores da guerra, da miséria e da crise soam por todos os continentes, da guerra civil na Ucrânia - provocada, sobre tudo, pelo desejo de Washington de incorporar Kiev à Otan, completando o cerco militar à Rússia - aos impulsos belicosos do Japão contra a China, passando pelos combates em países africanos, como resultado da disputa pelas imensas riquezas escondidas no seu subsolo. A "nova ordem mundial" anunciada sobre os escombros do Muro de Berlim, cantada em verso e prosa como a própria expressão do "fim da história", naufraga agora, destruída pelas contradições produzidas pela busca insaciável de lucro por parte do capital.

É claro que nada disso inocenta ou justifica o governo sanguinário de Benjamin Netanyahu, nem apaga os gritos de dor de pelo menos 1.800 mortos - entre os quais, mais de 400 crianças - e milhares de feridos, além da destruição material, incluindo 142 escolas, 89 das quais mantidas pela ONU. Muito ao contrário, o estado israelense, gendarme dos interesses do imperialismo estadunidense no Oriente Médio, assume o seu lugar como agente da barbárie. Armado e financi-

ado pela Casa Branca, que remete a Tel Aviv uma "ajuda" anual de pelo menos três bilhões de dólares, o exército israelense registrou uma baixa inferior a cem soldados, além de três civis. A desproporção diz tudo.

O massacre de Gaza não foi um "acidente de percurso", nem uma ação promovida por um governo enlouquecido. Foi, ao contrário, o resultado lógico da política de apartheid praticada por Israel. Aos palestinos que vivem em Gaza - transformada pelo estado sionista no maior campo de concentração do mundo - e na Cisjordânia - onde Israel multiplica a construção de novos assentamentos ilegais - são negados os mínimos direitos, incluindo o mais elementar deles: o de viver com dignidade.

Mas, ironia das ironias, a demonstração do poderio militar sionista também ameaça levar a tragédia aos judeus que diz representar. A desagregação da ordem mundial cria o solo fértil para a multiplicação de movimentos racistas e xenófobos que, equivocadamente, colocam um sinal de igualdade entre "sionista", "judeu" e "governo israelense" - da mesma forma que identificam "árabe", "islâmico" e "terrorista" -, para propagar o ódio e exigir a punição coletiva de judeus (e de islâmicos, conforme o caso). Nesses tempos obscuros, ninguém poderia ser mais antissemita do que Netanyahu.

Em oposição à barbárie cabe às forças progressistas e democráticas de todo o mundo exigir: fim imediato do genocídio; investigação internacional, julgamento e punição dos responsáveis; fim da ocupação ilegal dos territórios e do regime de apartheid.

Pelo direito de todos os palestinos a uma vida plena, digna e segura!

Diretoria da APROPUC

O aviltamento da relação ensino, pesquisa e extensão

A integração entre ensino, pesquisa e extensão tem sido uma das conquistas que notabilizaram o contrato de trabalho da PUC-SP. Através desses mecanismos a atividade docente pode ser melhor equacionada e as condições de trabalho e salário contempladas de uma maneira satisfatória.

Ao longo dos anos, porém, a APROPUC vem criticando a separação contratual existente entre os ganhos relativos à docência e à pesquisa e uma das modalidades extensionistas, como as aulas ministradas na Cogea. Enquanto as aulas de graduação e pós compõem o contrato do professor, as aulas da Cogea são pagas separadamente, algumas vezes até por meio de empresas individuais dos professores. Não raro temos situações em que o docente tem 40 horas no contrato de trabalho e mais outro tanto nos cursos de extensão e especialização.

Essa situação representa um aviltamento do trabalho, uma vez que uma das grandes conquistas dos docentes da PUC-SP foi o estabelecimento de 40 horas como teto de trabalho, em consonância com a CLT que admite um teto de até 44 horas. Somados os períodos de extensão, graduação e/ou pós, o professor perfaz 60 ou 70 horas semanais, o que inviabiliza uma dedicação plena ao seu trabalho.

Em um momento de crise, como o que esta-

mos vivendo na universidade, onde reduções contratuais demissões por falta de aula já viraram rotina, a existência de mecanismos de acumulação como este são inadmissíveis. Se os ganhos auferidos na extensão e na especialização fizessem parte do contrato docente, as reduções de contrato e desligamentos poderiam ser evitados, além de favorecer a renovação do corpo docente.

Porém, não é este o caminho que está no horizonte de nossos dirigentes, pelo menos é o que indicam as conversas preliminares para a mudança do contrato docente. Somam-se a isto as recentes mudanças na política de pesquisa da universidade que retiraram do contrato boa parte das rubricas referentes à pesquisa, pagando-as separadamente, muitas vezes reduzindo seus valores.

Por todo isto é que a evasão de docentes da PUC-SP vem prosperando. Dia após dia, mais docentes da universidade prestam concursos nas federais, onde a carga horária é integrada à pesquisa e sensivelmente menor, sem uma perda financeira efetiva. Além disso, os docentes têm como perspectiva uma aposentadoria em condições muito mais favoráveis do que a nossa. Se, por um lado, o teto de 70 ou 75 anos já há algum tempo vem sendo mencionado pelos nossos dirigentes, as discussões sobre uma aposentadoria complementar não prosperaram.

Começam as oitivas da investigação de docentes na PUC-SP

Começaram as primeiras audiências do processo de investigação preliminar contra os professores Jonnefer Barbosa, Yolanda Glória Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart, do departamento de Filosofia, acusados de organizar a vinda do diretor de teatro José Celso Martinez à PUC-SP em 27/11/2012.

Na semana passada foram ouvidos os professores Marcio Alves da Fonseca, diretor da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (Faficla), e Antonio Valverde, do Departamento de Filosofia. Durante o fechamento desta edição estava programada a oitiva dos três

professores investigados.

Poucas vezes na PUC-SP foi visto um ataque às liberdades democráticas como o que vemos neste momento, professores são investigados por supostamente defenderem ideias contrárias aos dirigentes da PUC-SP e da hierarquia da Igreja Católica. A caça às bruxas mais uma vez é efetuada com uma sem cerimônia absurda, principalmente para uma universidade que se orgulha de ter uma Comissão da Verdade que apura os crimes da ditadura.

Na quinta-feira, 7/8 o professor Jonnefer Barbosa reuniu-se com professores e estudantes na sede da APROPUC para um

breve relato da investigação a que ele e seus colegas são hoje submetidos. Para o docente o atual processo foi provocado pela encenação do Teat(r)o Oficina, que ocorreu no Pátio da Cruz, que foi considerado por Anna Cintra um "atentado contra o patrimônio moral e cultural", que contribuiu "para a desordem e atos de indisciplina".

Durante a reunião, estratégias de resistência e solidariedade foram discutidas e deliberadas. Jonnefer afirmou que na oitiva, que aconteceu na sexta-feira, 8/8, pela manhã, na sala da Comissão Processante Permanente (que fica na reitoria), ele preci-

saria ter uma postura de salvaguarda, mas que sua defesa real se dá com a clara postura de um ideal de Universidade que a reitoria nomeada não conhece. Ele falou ainda que, depois da matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, sobre o processo, a comissão de sindicância recuou e se mostrou reciosa e terminou dizendo que tem recebido muito apoio de diversos acadêmicos.

Abaixo divulgamos um manifesto que está sendo disponibilizado no endereço eletrônico <http://snurl.com/Inquisicao-PUCSP> e já conta com a adesão de diversos centros acadêmicos e da APROPUC

Manifesto de indignação pela sindicância instaurada contra os Profs. Jonnefer Barbosa, Peter Pál Pelbart e Yolanda Glória Gambôa Muñoz sob a acusação infundada de planejar e divulgar a apresentação da peça Uzyna Uzonda e com o autor, ator e diretor de teatro José Celso Martinez Correa, no Pátio da Cruz

Uma Universidade existe para e graças a seus alunos. Espaço e convivência no campus são – ou deveriam ser – o modelo mais acabado de exercício de democracia, de ética e de tolerância às diferenças. Em nome dessas premissas fundamentais, nós, na qualidade de alunos da PUC/SP e, portanto, de seus mais legítimos representantes, convocamos à reflexão sobre o absurdo das acusações feitas a três dos nossos melhores e mais respeitados professores e ao arquivamento da referida sindicância, que nos agride e envergonha. Com ela, pretende-se reduzir um movimento extremamente rico e importante para os alunos e para a Universidade - a greve dos alunos em Novembro/2012 - a um único e isolado episódio dentre os inúmeros que ocorreram naquele período. Como outros artistas ou professores renomados, os membros do Grupo de Teatro Oficina foram convidados pelos alunos. Com a sua participação, artistas e intelectuais preencheram as lacunas acadêmicas deixadas pela paralisação e ajudaram a manter o campus ocupado. Esse foi, entre outros, o caso da Cia. de Teatro Oficina, conduzida pelo diretor teatral José Celso Martinez Correa. Como todos os demais, eles também foram convidados pelos alunos e tiveram total liberdade para escolher a obra a encenar e para se exprimir (liberdade essa que é uma obviedade no caso de artistas com a genialidade criativa, a autonomia e a experiência cênica de um Zé Celso Martinez).

Assim, nós alunos, apesar da insatisfação com a imposição de uma reitora não eleita, fizemos daquele movimento de Novembro/2012 um momento de grande vitalidade, riqueza humana e cultural na e para a PUC. Deslocar tendencio-

samente esse evento daquele contexto de greve e acontecimentos e, com isso, pretender transformá-lo numa espécie de "conspiração" de três professores é amesquinhar a nossa ação, é subestimar a nossa capacidade de mobilização, é reduzir a pó um momento importante da nossa vida universitária. Um breve momento em que nós, alunos, fizemos reviver a PUC, sua fibra e nossas esperanças. Nós fizemos a greve de Novembro/2012, que era de alunos e não de professores. Nós convidamos, entre outros, o Zé Celso, que é um dos nomes mais importantes e respeitados do teatro brasileiro.

Novembro/2012 faz parte do nosso verdadeiro 'patrimônio moral' - uma expressão que é totalmente distorcida nesta acusação sem fundamento contra nossos professores. Nós, ao contrário, com ela nomeamos um valor universal, como o respeito à palavra dada, escrita, subscrita e mantida até o fim - princípio esse que a Prof. Anna Cintra jogou no lixo ao trair seu compromisso formal com os alunos (nós mesmos) no curso das eleições de 2012.

Da mesma forma, lembramos que a liberdade de expressão, o trabalho artístico, a arte, enfim, não podem ser julgados por critérios de ordem moral. Os valores atacados por essa sindicância - liberdade de expressão e pensamento, bem como tolerância com as diferenças e abertura ao diálogo - constituem as condições de possibilidade da Universidade, seus pilares, que ora são agredidos por essa ameaça de punição a três dos nossos professores e, com isso, punir cada um de nós, em nome de uma agenda nada transparente e com a qual decerto não compactuamos.

Não vai ter verdade

Edson Teles

Em meio às emoções e protestos durante a Copa do Mundo de futebol no país, as Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, deram publicidade aos seus relatórios de sindicância sobre as práticas de violações de direitos humanos em suas dependências durante a ditadura militar. O documento atende a uma solicitação feita pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituição que apurou e confirmou as violações cometidas pelas Forças Armadas e solicitou a investigação dos documentos com os agentes militares envolvidos nos fatos. Nos relatórios, afirma-se que não foram encontrados registros formais que permitam comprovar ou mesmo caracterizar o uso das instalações dessas Organizações Militares para fins diferentes dos que lhes tenham sido prescritos, não permitindo corroborar a tese apresentada por aquela Comissão (a CNV) de que tenha ocorrido desvio formal de finalidade, ou seja, que tenham sido usadas como centro de tortura, assassinato e desaparecimento.

Não estivéssemos em pleno século XXI, ao fim do quinto mandato de um presidente civil, poderíamos passar pouco estarecimento por esta informação. Ou ainda, se vivéssemos em meio a um processo de transição, o que historicamente e de acordo com as políticas globais de construção de um

novo regime democrático pode exigir negociações e silenciamentos, talvez a notícia pudesse ser considerada até um modo de chamar a atenção para a questão sem, contudo, colocar em risco a governabilidade. Poderíamos até mesmo lamentar a falta de correlação de forças políticas no governo, o que nos impediria de exigir mais do Estado.

Mas não. O projeto de democracia instituído no país a partir da nova constituição de 1988 e da primeira eleição para um presidente civil, em 1989, eventos seguidos por sucessões de passos formais de um Estado de Direito, coloca a chegada deste relatório infame num campo de lutas políticas em torno de qual democracia queremos. Sim, infame, por conter um conteúdo que beira a provocação com os caminhos de uma democracia, afirmando, como consta do relatório da Marinha, que os presos teriam sido bem tratados, de modo bastante aceitável. É aceitável torturar e assassinar pessoas que discordem do governo?

O caráter desprezível dos relatórios pode também ser confirmado na tese de que os documentos sigilosos da época teriam sido legalmente destruídos, inclusive os termos de destruição, os quais indicariam os responsáveis pela eliminação dos arquivos incriminadores.

Acredite quem quiser. Ainda que sem os arquivos comprobatórios, por que o Ministério da Defesa não convocou os militares responsáveis pelas instalações

militares em questão, como a sede do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, chefiado à época pelo coronel Ustra? Aliás, o livro deste criminoso de Estado consta como prova, nos relatórios em questão, de que nada de ilegal ocorreu naquelas dependências.

Contudo, gostaria de chamar a atenção a um aspecto perigoso para uma efetiva democracia e com presença constante na lógica de governo do Estado de Direito: o documento com os relatórios das três Forças usa como argumento fundamental das respostas a ideia de que se pautam pela lógica da promoção da reconciliação nacional, como consta na lei de criação da CNV. Este é um ponto que pode passar despercebido, mas indica uma questão nevrálgica no trato da apuração da verdade sobre a época da ditadura. Passados 25 anos da transição para um Estado de Direito, não vivemos mais sob o perigo de golpe de Estado ou reversão no processo democrático.

A proposição de reconciliação nacional, incluída na lei de criação da CNV e repetida exaustivamente em todos os momentos em que chegamos perto da verdade sobre o período ou de passos no sentido da efetivação da justiça, fundamenta-se na falsa versão de que nos anos 60 e 70 houvesse no país o conflito entre duas forças extremas, os subversivos da esquerda e a linha dura dos militares. Esta versão corroborou, nos anos 80 e 90, a ficção de que a transição para a democracia teria se pautado

na reconciliação nacional. Esta peça ficcional e já mitológica teria sido confirmada na década passada pelo Supremo Tribunal Federal quando este confirmou a anistia para os torturadores (maio de 2010).

Chega a ser patológico, como se evidencia na repetição desta ideia nos referidos relatórios, que a democracia insista nesta tese nos dias atuais, especialmente durante os trabalhos de uma comissão da verdade. Mais grave do que isto, esta ficção corrobora a tese de vivemos sob uma espécie de transição (não sabemos para onde transitamos!) e que seria de bom tom não confrontar aqueles fantasmas. Os espectros que não são nomeados, mas que servem como justificativa para não nos aprofundarmos em uma democracia de transformação social e política. Não se trata de jogar contra as demandas de uma política de justiça de transição verdade, memória, justiça e reforma das instituições, tão necessárias e distantes ainda hoje.

Mas, por que insistir nesta tese da transição e da reconciliação? Como é possível adotar esta formulação nos trabalhos de uma criação da verdade? O que estaria de fato por trás desta ideia?

São questões a serem respondidas com urgência. As reações repressivas e de criminalização dos movimentos sociais, especialmente a partir de junho de 2013, parecem indicar um rastro para encontrar as respostas.

continua na próxima página

continuação da página anterior

O que parece estarmos vivendo é um conflito, não uma reconciliação. A chamada transição democrática no Brasil configurou-se como a montagem de uma democracia de cunho autoritário e oligárquico. Conquistamos direitos importantes e fundamentais. Porém, a esfera da decisão política continuou nas mãos de poucos, implicando em um Estado voltado prioritariamente aos grandes grupos econômicos e às

oligarquias políticas.

Creio que estamos em um momento importante para mudarmos os rumos planejados na abertura lenta, gradual e segura dos fins da ditadura, que visou a montagem da atual democracia de segurança e controle. Está instalado no país um conflito aberto, democrático e de rediscussão dos rumos traçados. Mesmo que possamos discordar de certas formas do agir na política, não podemos impor um único modelo de relações sociais.

Não é o momento da reconciliação. É a hora de deixarmos muito claro que houve tortura no país durante a ditadura e que o atual Estado de Direito, por meio de seus agentes e instituições, continua a violar gravemente os direitos humanos. Não há como reconciliar com a política do #NÃOVAITERVERDADE proposta pelo Ministério da Defesa.

Edson Teles é doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de fi-

losfia política na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pela Boitempo, organizou com Vladimir Safatle a coletânea de ensaios *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (2010).

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

A aliança entre o pseudo humanismo e o terrorismo fundamentalista

Franklin Goldgrub

A última manifestação do conflito entre Hamas e Israel forneceu uma nova ocasião para que os antissoionistas utilizem novamente todo o seu arsenal de argumentos que, semelhante aos foguetes lançados pelo Hamas, nega o direito de um país à existência. Os ataques indiscriminados contra a população civil israelense se fundamentam em uma forma evidente de discriminação - trata-se de destruir um estado por ser judeu.

Apesar de todas as tentativas feitas por autoproclamados humanistas para justificar essas agressões como respostas à ocupação israelense de territórios palestinos, bloqueio de fronteiras e outras alegadas formas de opressão, tanto os estatutos do Hamas como os da Organização de Libertação da

Palestina (liderada pelo Fatah) são muito claros. O objetivo declarado desses grupos é destruir o Estado de Israel, seja por via militar (Hamas) seja pelo retorno dos "seis milhões de refugiados" (Fatah, OLP). (Observe-se que as dimensões de Israel são semelhantes às do menor estado brasileiro, o Sergipe, e que a população do país não chega a 8 milhões de habitantes).

Não se trata de mera retórica. Entre 1948, ano em que a ONU proclamou a partilha da então Palestina em dois estados, um árabe e um judeu, até 1967, quando ocorreu a guerra dos seis dias, não havia um único assentamento na Cisjordânia. Em 1948, no dia seguinte à proclamação da partilha, Israel foi invadido por cinco exércitos, cuja finalidade declarada era destruir o país e aniquilar a sua população. O mesmo objetivo foi proclamado pelo

Egito, pela Síria e pela Jordânia em 1967. Entre os 19 anos que separam essas duas guerras Israel enfrentou campanhas terroristas incessantes.

O resultado da guerra dos seis dias deu a Israel o controle de Gaza e da Cisjordânia. Nas negociações que se seguiram à guerra, o Egito negou-se a aceitar de volta a faixa de Gaza e a Jordânia renunciou a retomar o controle da Cisjordânia, decisão oficializada em 1988. Israel viu-se com a responsabilidade de governar essas populações. A solução encontrada foi reconhecer a plena autonomia das lideranças locais, enquanto as forças armadas se ocupavam unicamente de questões de segurança.

Paradoxalmente, de 1967 até 1993, em que as negociações de Oslo deram à Organização de Libertação da Palestina o controle político da Cisjordânia e de

Gaza, a respectiva população conheceu pela primeira vez um grau de autonomia inédito, consequente ao fim do domínio exercido pelas ditaduras egípcia e jordaniana. Houve concomitantemente um período de calma na relação entre Israel e a população árabe local. Os governos israelenses - de centro-esquerda ou centro-direita - investiram na infraestrutura econômica (eletricidade, saneamento básico, água potável), o que se traduziu por um aumento exponencial da renda per capita, do produto nacional bruto, na diminuição dos índices de mortalidade infantil e no aumento da média de vida da população.

Arafat interrompeu esse processo, eliminando ou intimidando as lideranças locais e retomando as campanhas terroristas inter-

continua na próxima página

continuação da página anterior

rompidas. Em 2005 o Hamas substituiu o Fatah no controle da faixa de Gaza e os bombardeios com foguetes, já permitidos pelo Fatah, se intensificaram notavelmente. Em 2007 Israel bloqueou o acesso marítimo a Gaza para interromper o fluxo de armamentos utilizados para atacar o país. Em compensação, Israel fornece eletricidade, combustível, água, medicamentos, alimentos e insumos agrícolas à população local. Frequentemente o Hamas envia pessoas com doenças graves para serem tratadas em hospitais israelenses (inclusive a neta do líder do Hamas, Ismail Haynihie).

Sob o domínio do Hamas, o movimento terrorista recebeu a maior parte do orçamento e, através dos túneis ligando Gaza ao Sinai, construiu um arsenal imenso de foguetes (de 2007 até 2014 já foram disparados mais de 12 mil) além de uma rede sofisticada de túneis que penetra em território israelense, e cuja finalidade é o assassinato e o sequestro,

(O custo de cada túnel, equipado com ventilação, telefonia e eletricidade, em média com um quilômetro de extensão, é calculado em cerca de um milhão de dólares. Sabe-se que no respectivo processo de construção foram empregadas crianças, de maneira similar ao que aconteceu nas minas inglesas de carvão nos primórdios da revolução industrial, com a mesma alta taxa de mortalidade).

Israel se define como um estado judeu, o que não impede que 20% de sua população seja constituída por cidadãos israelenses árabes (muçulmanos e cristãos), que juntamente com outras mi-

norias (drusos, beduínos, circassianos, assírios) gozam de todos os direitos auferidos pelos israelenses judeus.

Como sempre, as calúnias e distorções se valem de afirmações peremptórias que se consideram inquestionáveis. Entretanto, uma análise amparada unicamente em evidências revela que os respectivos argumentos se baseiam em: 1) inversão da relação entre causa e consequência; 2) omissão de informações relevantes para compreender tanto a origem como o estado atual do conflito; 3) descontextualização de fatos e citações; 4) distorção deliberada na descrição de acontecimentos e processos; 5) utilização do critério "dois pesos, duas medidas".

A Israel é negado o direito de defesa, concedido a qualquer outro país. As verdadeiras tentativas de genocídio (Rwanda, Síria, Sudão), os verdadeiros massacres (Irã, Iêmen, Líbia, Paquistão), os verdadeiros regimes opressivos (Irã, Arábia Saudita e demais regimes islâmicos), não motivam artigos em jornais nem manifestações de rua.

Em 2005 Israel retirou os 8 mil judeus que habitavam a faixa de Gaza (deixando intactos todos os pomares e demais instalações agrícolas para a população local) e renunciou ao controle militar da fronteira de Gaza com o Egito. As consequências foram o aumento considerável de armamentos entregues aos grupos terroristas de Gaza e os ataques às cidades israelenses.

O desejo israelense de retirar-se da maior parte da Cisjordânia é obstaculizado pelo exemplo de Gaza. As ditaduras do Oriente Médio fracassaram nas várias tentativas de destruir o país por via militar. A solução encontrada foi entre-

gar as regiões fronteiriças a movimentos terroristas -- Hezbollah no norte, Hamas no sul, Fatah no leste.

A situação atual foi desencadeada pelo sequestro e assassinato de três estudantes israelenses por militantes do Hamas pertencentes a uma célula localizada no território governado pela Autoridade Palestina. A sequência de acontecimentos - inclusive o assassinato brutal de um jovem palestino por terroristas judeus que foram identificados, presos, indiciados e serão julgados por assassinato e racismo -- resultou na busca dos terroristas do Hamas, a prisão de vários membros desse movimento e na reação de Gaza - até agora, mais de 2 mil foguetes disparados contra todas as cidades israelenses.

O Hamas é responsável por dois crimes de guerra. Ataca a população civil israelense e obriga a população civil de Gaza a servir como escudo. Visa matar o maior número possível de civis, de ambos os lados da fronteira.

O número relativamente baixo de baixas israelenses deve-se aos abrigos contra foguetes, obrigatórios nas residências e no espaço urbano, às sirenes de advertência, que dão 15 segundos para que as pessoas busquem proteção, e a um sistema de interceptação conhecido como Iron Dome (Cúpula de Ferro).

O exército israelense tem avisado a população civil de Gaza para retirar-se das regiões a serem atacadas, por meio de telefonemas, e-mails e panfletos. O bombardeio de residências, hospitais, mercados, escolas, mesquitas e instalações da ONU deve-se a que a entrada de túneis, os estoques de armamentos, as plataformas de disparo de foguetes e os centros de comando do Hamas foram

instalados precisamente nesses locais.

Além de avisar os civis palestinos, Israel construiu um hospital de emergência na fronteira com Gaza, para tratar civis atingidos por esses bombardeios. Tanto as advertências - que privam o exército israelense do fator surpresa - como o tratamento médico de civis involuntariamente feridos constituem medidas inéditas em qualquer conflito militar.

Todos esses fatos são amplamente conhecidos, por mais que os militantes antissionistas procurem escondê-los. Na guerra midiática contra Israel, os autoproclamados humanistas procuram condicionar pavlovianamente as pessoas que preferem consumir notícias a analisar as causas da beligerância.

O que terá levado a esquerda (ou pseudo esquerda?) a essa aliança com o fundamentalismo mais retrógrado, que oprime minorias étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual?

O partido nacional socialista atribuiu aos judeus a derrota da Alemanha na primeira guerra mundial. Não é improvável que a derrocada da União Soviética e a degradação dos regimes auto-intitulados socialistas tenha motivado a (pseudo?) esquerda a buscar um bode expiatório, na esteira da estratégia que Goebbels representou tão bem. Há muitos indícios de que Israel ocupa atualmente, no imaginário da (pseudo?) esquerda, o mesmo lugar atribuído aos judeus pela direita durante os anos que antecederam a segunda guerra mundial.

Franklin Goldgrub é professor da FaCHS

MOVIMENTOS SOCIAIS

Comitê apoia professores perseguidos

Na terça-feira, 5/8, às 18h, uma reunião da Comissão organizativa foi feita na Apropuc, para deliberar os moldes do ato que o Comitê contra a criminalização dos movimentos sociais está planejando. Acontecerá na Prainha da PUC-SP, na quinta-feira, 21/8, às 18h, na forma de denúncia em relação a toda situação de barbárie dentro e fora da Universidade, mas focando na sindicância dos três professores do departamento de Filosofia.

O ato se iniciará com a leitura do manifesto do Comitê, com seus posicionamentos e apresentação, e seguirá com intervenções

dos presentes, já que o microfone estará aberto. Os integrantes do Comitê estão convidando para a mobilização entidades dos movimentos sindicais, populares e sociais, além do estudante de Direito da PUC-SP Murilo Magalhães, que foi preso arbitrariamente e torturado pela participação em um ato, e dos professores perseguidos injustamente pela reitoria.

O Comitê, que tem se organizado para compor e participar de atos e debates que extrapolam os limites da Universidade, tem uma página no Facebook, que impulsionará os debates acerca da temática e do

projeto. Para visualizar a página, acesse o link <https://www.facebook.com/cccdms>.

Além do ato de lançamento no dia 21/8, o Comitê estará representado no ato-debate, no dia 13/8, para repudiar o massacre que Israel vem promovendo na Faixa de Gaza.

Nos dias 9 e 10 de setembro uma série de entidades da PUC-SP e de outras instituições de ensino, juntamente com a APRO-PUC, realizarão na PUC-SP um seminário sobre a questão palestina. O Comitê Contra a Criminalização dos movimentos sociais está presente neste ato.

Manifestantes injustamente incriminados são soltos em SP

Na quinta-feira, 7/8, os manifestantes Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram soltos, visto que a acusação tornou-se frágil, pois, de acordo com os laudos, os artefatos encontrados com ambos não eram explosivos. O juiz Marcelo Matias Pereira, que determinou a soltura, já havia recusado um pedido de liberdade anterior, além de denominar os black blocs de "esquerda caviar", no último dia 1º. O termo, de origem francesa, é usado para caracterizar socialistas que usufruem do capitalismo.

Desde julho, os pedidos de habeas corpus para Harano e Lusvarghi tramitam no Tribunal de Justiça.

Porém, houve divergências no Ministério Público Estadual, acerca do pedido de liberdade de ambos os manifestantes.

O promotor Luis Felipe Tegon Cerqueira Leite, em seu parecer, afirma que Lusvarghi pode responder o processo em liberdade, mas que não deve participar de protestos durante o trâmite. Essa postura é defendida por ele, já que os depoimentos dos dois investigadores foi diferente, já que um afirmava o porte de explosivo e o outro não menciona nada.

O julgamento do habeas corpus deve acontecer em breve, de acordo com o defensor público Bruno Shimizu, que defende Rafael Marques Lusvarghi.

Funcionários da USP resistem

O portão principal da USP foi fechado pelos funcionários, na quinta-feira, 7/8, como forma de protesto pelo desconto dos dias parados, anunciado pela reitoria da universidade no domingo, 3/8. Na portaria central da Cidade Universitária, localizada na Avenida Afrânio Peixoto, foram colocados cartazes e palavras de ordem foram bradadas. Algumas linhas de ônibus foram desviadas de seus trajetos, devido à mobilização.

Segundo informações do DCE (Diretório Central dos Estudantes) Livre Alexandre Vannucchi, da USP, três portões da Cidade Universitária amanheceram trancados na quinta-feira, 7/8, e os portões principais da USP São Carlos e da USP Ribeirão Preto

também.

No domingo, 3/8, a PM (Polícia Militar) entrou da USP e desmontou piquetes dos funcionários, ameaçando prender todos aqueles que tentassem impedir a ação. Dessa forma, desde segunda-feira, 4/8, funcionários protestam contra o desconto e contra a força do uso policial, bloqueando a entrada da reitoria, o Centro de Práticas Esportivas, o Departamento de Tecnologia e Informação, a Administração Central e a Prefeitura do Campus. E na terça-feira, 5/8, os manifestantes acamparam no próprio campus.

A greve de estudantes, professores e funcionários da USP começou em 27 de maio e se estende até agora sem suspensão alguma. As

três categorias da USP, Unesp e Unicamp não concordam com a postura da Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), de não reajustar os salários, mas congelá-los.

Algumas unidades da USP voltaram às aulas normalmente, no começo do segundo semestre e outras como a FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) permanecem em greve e, inclusive, promoveram debates para elencar os motivos da mobilização e organizar um calendário de aulas públicas e rodas de conversa. Já na Unesp em Araraquara (SP), na terça-feira, 5/8, os professores decidiram, em assembleia, terminar a greve iniciada em 22 de março.

ROLA NA RAMPA

Com a participação da APROPUC, seminário debate educação e atuação docente

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realiza nos dias 11, 12 e 13/8 o seminário "Diálogos sobre educação em São Paulo - cenários e perspectivas para a atuação docente", entre 14h e 17h no Auditório Paulo Kobayashi, localizado na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera. O seminário é organizado pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Esta-

do de São Paulo, composta pelos deputados Carlos Neder (PT), Rita Passes (PSD), Leci Brandão (PCdoB), Mauro Bragato (PSDB), Aldo Demarchi (DEM), Beto Tricoli (PV), Edson Ferrarini (PTB), Adilson Rossi (PSB), Carlos Giannazi (PSOL), Bruno Covas (PSDB) e Telma de Souza (PT). O seminário conta com apoio da APROPUC, além do Andes, Sin-

Exposição com peças recicladas na Biblioteca

Até o dia 20/8, entre 9h e 21h, é possível conferir no saguão da Biblioteca Central da PUC-SP (campus Monte Alegre) as montagens da exposição "Exposuper-ação - marchetaria e reciclagem de materiais". A mostra é uma parceria entre o Projeto Intervenções e a Pró-reitoria de Cultura e

Relações Comunitárias, com obras de artesões ligados à Cooperaacs, NEC, APV e ao Conjunto Nacional. O projeto é liderado por Augustinho das Neves e Fernando Vieira da Silva, além de Vilma Peramezza, superintendente do Conjunto Nacional e presidente do Conselho da Associação Paulista Viva.

Missa de aniversário da PUC-SP

No dia 20/8 será celebrada a missa de aniversário da PUC-SP, que comemora 68 anos no dia 22/8. A cerimônia será realizada na Capela da PUC-SP, ao

meio-dia, por Dom Carlos Lema Garcia, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e Vigário Episcopal para a Educação e Universidade.

Ato-debate repudia o massacre em Gaza

No dia 13/8, militantes de diversos movimentos sociais e professores da USP se reúnem para debater a atual situação na Faixa de Gaza e repudiar o massacre contra a Palestina promovido por Israel. O ato contará com falas de Lincoln Secco (USP), Magno de Carvalho (Sintusp), Fabiana Marchetti (DCE Livre da USP), Chico Miraglia (USP), Gilberto Maringoni (PSOL), Mauro Iasi (PCB), Guilherme Boulos (MTST), Soraya Misleh (Instituto de

Cultura Árabe), Jorge Luiz Souto Maior (professor da USP e Juiz do Trabalho). A APROPUC e o Comitê contra a criminalização dos movimentos sociais estarão representados no evento. O debate será coordenado pelo professor da USP Osvaldo Coggiola no Anfiteatro da História (USP), às 19h. A Editora Boitempo organizou um abaixo assinado pelo fim do massacre que pode ser assinado no site <http://bit.ly/1rWiBgd>.

Revista PUCviva tem nova data de lançamento

A 44ª edição da Revista PUCviva, que trará artigos sobre os 50 anos do Golpe Militar Brasileiro, terá seu evento de lançamento no dia 28/8, a partir das 19h no auditório 239. A revista, através de artigos de

professores e estudantes da PUC-SP e de outras instituições de ensino retrata os anos em que o Brasil esteve submetido a um dos mais repressores regimes ditatoriais de sua história.

CNPq seleciona bolsistas e orientadores para o Pibic 2014

O CNPq iniciou na última semana o processo de avaliação de bolsistas e orientadores do Programa Institucional Pibic (2013/2014). Os selecionados receberão emails sobre a própria avaliação, que deverá ser preenchida na plataforma Carlos Chagas, na aba "Relatório

Técnico e Prestação de Contas", clicando em "No Prazo", e enviada ao CNPq até o dia 15/9. O orientador deverá avaliar o programa e o bolsista, enquanto o segundo avaliará o programa e o orientador. Para mais informações, entre em contato pelo número 3670-8244.

ATO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

21/agosto

18hs - Prainha

Lançamento do Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais